



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA
DIRETORIA DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS 2022/2023

**ANÁLISE DE CAPTAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES:
SOBRE A MAXIMIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA**

ELIÚDE BRUNO FREITAS SANTIAGO

JOÃO PESSOA-PB
2023

ELIÚDE BRUNO FREITAS SANTIAGO

**ANÁLISE DE CAPTAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES: SOBRE A
MAXIMIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade artigo científico, apresentado junto ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) BM-2022/2023 do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção de nota na disciplina e aprovação em Metodologia Científica.

Orientador: Carlos **Jean** Vieira de Araújo Benício de Sá¹

¹ Comandante do 2º Comando Regional de Bombeiro Militar. Bacharelado em segurança pública. Especialista em Segurança Pública. Bacharelado em Enfermagem. Bacharel em Direito.

RESUMO

Este trabalho analisa a estratégia de captação de recursos do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB), justificando esta abordagem a partir da observação de uma potencial ampliação da autonomia financeira e modernização da instituição. O objetivo deste estudo é propor melhorias na área de captação de recursos e na aplicação efetiva de emendas parlamentares. Através de uma metodologia qualitativa e exploratória, análise de casos e investigação de documentos pertinentes, a pesquisa se concentra no CBMPB, porém também realiza uma análise comparativa com outros Corpos de Bombeiros Militares no Brasil. A análise propõe a implementação do Orçamento Base Zero (OBZ), uma ferramenta que permite reavaliar métodos, propósitos e recursos, redirecionando esforços e investimentos para as áreas de maior relevância e potencial. Paralelamente, o estudo sublinha a importância da presença de uma equipe especializada na captação de recursos, capaz de aperfeiçoar os processos burocráticos e assegurar a eficácia na obtenção de emendas parlamentares. A pesquisa demonstrou sua eficácia potencial, pois culmina em propostas de soluções práticas que podem ser aplicadas ao CBMPB para aprimorar a captação de recursos. Tais propostas servem como um alicerce para futuras políticas de investimentos, solidificando a sustentabilidade financeira da instituição.

Palavras-chave: Captação de recursos. Corpo de Bombeiros Militar. Emendas parlamentares.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Problema

O Corpo de Bombeiros, instituição reconhecida internacionalmente, no Estado da Paraíba convive com desafios intrínsecos a todas as instituições públicas brasileiras, principalmente em questões de administração e finanças. A situação do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) pode ser exemplificada pelo entrelaçamento de sacrifícios e glórias que marcaram sua história. O artigo "O mito do conceito de herói" (TELLES e VALLE, 2014) traça paralelos que podem nos servir de analogia do arquétipo heróico, que marca essa complexidade da gestão de uma instituição como o CBMPB.

No contexto do Corpo de Bombeiros Militar, a percepção desta instituição pode ser descrita como dual, assim como a antítese que se esconde atrás do arquétipo do herói. Por um lado, a visão externa os glorifica como bravos guerreiros, cujo objetivo sagrado é proteger a vida alheia, colocando a sua própria vida em risco. Por outro lado, uma visão interna revela uma realidade mais complexa e humana. Este panorama interno é caracterizado por um esforço constante para manter a excelência administrativa e operacional, preservando todas as vidas, inclusive a dos bombeiros, com igual fragilidade, mesmo diante de desafios administrativos desgastantes. Entre esses desafios, destacam-se a busca por melhorias salariais, a necessidade de navegar por uma burocracia por vezes defasada, a limitação de recursos humanos e, por vezes, restrições financeiras que dificultam os investimentos em infraestrutura, compra de equipamentos e aquisição de novas tecnologias.

Uma administração eficiente parece passar pelo reconhecimento desse lado humano do Bombeiro Militar supracitado, e é nesse complemento, em que se reconhecem as falhas, que parece se revelar o pilar fundamental do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB). Embora a bravura e o heroísmo dos bombeiros estejam frequentemente em evidência nas ações diretas de resgate, é também crucial reconhecer que essa mesma bravura, agora muito humana, pode e deve ser empregada no âmbito administrativo, pois assim como enfrentar um incêndio exige coragem e resiliência, lidar com desafios burocráticos e de gestão também demandam uma dose significativa dessas virtudes.

Sem um gerenciamento efetivo, impulsionado por uma determinação inerente, a operacionalidade da corporação se vê comprometida, limitando a qualidade do serviço prestado à população e pondo em risco a segurança dos bombeiros. Uma preocupação pertinente pode ser considerada nestas primeiras considerações quando imaginamos um trabalho efetivo administrativo, a saber, a disparidade entre o número de bombeiros militares estabelecidos pela Lei Estadual Nº 8443 de 28 de dezembro de 2007, que é de 2995 (dois mil novecentos e noventa e cinco), e o efetivo atual da corporação, que se aproxima, de 1244¹ (mil duzentos e quarenta e quatro) homens e mulheres.

Esta realidade cria um déficit expressivo de recursos humanos, não chegando nem a metade prevista pela lei de efetivo, que não apenas prejudica a operacionalidade direta, mas também impõe sérios desafios à administração interna do CBMPB, requerendo uma abordagem audaciosa e resoluta quanto à distribuição de funções de gerência, inclusive no escopo da organização financeira.

O artigo “Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios”, escrito por Paula Rodriguez Ballesteros (2014), pode nos ajudar a entender o cenário de desafios mencionados até aqui. Estas provocações impostas pela realidade passam por tomadas de decisões em ambientes de alta autonomia de atores. A gestão de tais decisões, quando não conduzida com a devida responsabilidade e estratégia pensada para uma conjectura macro, pode resultar em benefícios para grupos limitados, negligenciando assim o bem-estar e segurança coletiva.

O Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB), ao se inserir no intrincado panorama das políticas de segurança pública, enfrenta inevitáveis complexidades. Dentre elas, destaca-se a primazia do planejamento financeiro, essencial para garantir a continuidade e eficiência de suas operações. A Lei Orçamentária Anual (LOA) configura-se como o arcabouço fulcral dessa gestão, definindo os parâmetros baseados na arrecadação e configurando despesas. No entanto, considerando as variadas demandas do CBMPB, bem como a necessidade de adaptação frente a cenários imprevistos e desafios constantes, emerge a essencialidade de se antecipar e mitigar potenciais impactos oriundos de demandas não previstas ou ainda de recursos escassos. Sob essa ótica, parece quase natural e contingente que se canalize esforços para identificar e consolidar fontes alternativas de financiamento.

¹ Disponível em

https://sagres.tce.pb.gov.br/estado_pessoal03.php?poder=1&ano=2023&competencia=062023&descricao=Junho
o> Acesso: 14 ago 2023.

Dentro desse cenário, ao observar uma hierarquia de prioridades, é comum que projetos significativos aguardem oportunidades futuras para serem inseridos em orçamentos. Para contrapor essa limitação, parece indispensável a identificação e implementação de métodos para obtenção de recursos extras e o desenvolvimento de uma gestão eficaz adaptada à realidade da instituição. Assim, este estudo visa analisar a abordagem de captação de recursos do CBMPB, focando na questão: "Como a captação via emendas parlamentares pode ser otimizada para aperfeiçoar a operacionalidade do CBMPB?"

1.2 Justificativa

A exploração de estratégias alternativas para captação de recursos tem evidenciado sua eficácia em diferentes Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Um exemplo emblemático é o do estado do Pará, que mais adiante será citado. Tais experiências servem como balizas para as análises aqui apresentadas. O CBMPB, por exemplo, já se beneficiou de acordos para conversão de multas, intermediados pelo Ministério Público do Trabalho. Uma manifestação prática desse método foi a aquisição de mobiliário para a 7ª Companhia de Bombeiros Militar, localizada em Sumé-PB. Outra forma de aquisição de recurso é através de Termo de Cooperação, como ocorreu na cidade de Cuité-PB, entre a Secretaria da Segurança e da Defesa Social, o Corpo de Bombeiros Militar, a Prefeitura de Cuité e o Tribunal de Justiça, onde o CBMPB adquiriu um prédio reformado de outras instituições². Este é mais um testemunho do potencial desses mecanismos alternativos de obtenção de recursos. Conclui-se, assim, que a captação por vias alternativas pode, efetivamente, ampliar a eficácia da gestão corporativa.

Para além da ampliação do espectro financeiro, a mobilização de emendas parlamentares pode trazer vantagens tangenciais ao CBMPB. Tal mobilização potencializa uma relação política dos servidores bombeiros com os legisladores e executivos que trabalham diretamente com os projetos e portfólios que são propostos anualmente, solidificando sua influência no cenário político. Esta vinculação não só eleva a proeminência da corporação no espectro público, mas também alinha o Corpo de Bombeiros mais intimamente aos anseios da população, robustecendo seu capital sociopolítico.

² Disponível em: <<https://bombeiros.pb.gov.br/2023/01/27/corpo-de-bombeiros-assina-ordem-de-servico-para-obras-de-nova-unidade-em-cuite/>> Acesso em: 14 ago 2023.

A diversificação das fontes de financiamento pode resultar em maior autonomia e independência na tomada de decisões, minimizando a dependência do orçamento público projetado e contornando as limitações impostas pela burocracia estatal. A obtenção de recursos através de emendas parlamentares pode prover a flexibilidade necessária para implementar projetos estratégicos, como a aquisição de equipamentos e a modernização das instalações em geral.

Portanto, o aprimoramento das práticas de captação de recursos alternativos para o Corpo de Bombeiros da Paraíba, bem como a promoção de uma maior autonomia e independência na esfera financeira da corporação emerge como imperativo. A utilização de instrumentos legais, tais como emendas parlamentares, configura-se como uma via promissora que demanda escrutínio e consideração mais criteriosa. Postula-se que essa metodologia possa infundir um impacto positivo na estrutura organizacional da corporação, repercutindo de maneira significativa na qualidade dos serviços prestados à comunidade. Seguir tal abordagem não apenas alinha o Corpo de Bombeiros com as necessidades contemporâneas de gestão eficiente, mas também pavimenta o caminho para uma responsividade e eficácia em sua missão essencial de salvaguardar vidas e propriedades.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste artigo é desenvolver um quadro analítico e compreensivo que explore a viabilidade de emendas parlamentares como uma estratégia promissora para captação de recursos. Com uma base sólida no entendimento da gestão financeira do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB), e enfocando a necessidade de alternativas de financiamento, o estudo se propõe a elaborar um plano viável centrado nessa fonte de recursos. Este plano aspira a ser um ponto de partida para a criação de um programa dedicado à realização desta estratégia, considerando cuidadosamente as limitações específicas do CBMPB.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Iniciar com a análise da legislação vigente para discernir o papel da assessoria parlamentar do CBMPB no contexto da solicitação de emendas;
- Estabelecer as fontes que servirão para iniciar a reestruturação do processo de obtenção de emendas parlamentares pelo CBMPB.
- Avaliar estratégias práticas de captação de recursos, considerando a formação de parcerias estratégicas com parlamentares com o intuito de obter emendas significativas;
- Investigar a possibilidade e pertinência de implementar a metodologia do Orçamento Base Zero (OBZ) no escopo da gestão financeira do CBMPB.
- Propor sugestões quanto a formatação de uma equipe treinada na aquisição de recursos.

2 METODOLOGIA

Neste estudo, adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória, com a finalidade de analisar a estratégia de captação de recursos alternativos do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB). Para tanto, a pesquisa será realizada com foco no CBMPB, embora sejam analisados estudos de casos de outras corporações do país, como o Corpo de Bombeiros Militar do Pará e Minas Gerais, para servir de referência.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram realizadas duas etapas: a revisão bibliográfica e a análise documental. A revisão bibliográfica consistiu na coleta de informações relevantes sobre o tema, conforme sugerido por Marconi e Lakatos (2003, p.158), enquanto a análise documental baseou-se na utilização de documentos da organização, como leis fundamentais de arrecadação, lei orgânica organizacional e outras diretrizes que atinjam diretamente a administração (GIL, 2008). Ao longo da pesquisa, foi possível compreender a evolução dos diferentes tipos de orçamento e a metodologia do orçamento base zero, que será discutida mais adiante (TIOSI et al., 2021).

Neste primeiro momento, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre captação de recursos, emendas parlamentares, gestão financeira e planejamento estratégico em contextos similares ao do CBMPB. A análise será baseada em trabalhos de gestão pública e planejamento estratégico, além de artigos acadêmicos pertinentes ao tema. A pesquisa também incluirá a coleta de dados documentais, examinando diretrizes do CBMPB, bem como relatórios financeiros e documentos sobre captação de recursos e emendas

parlamentares, para entender o contexto atual e as necessidades da corporação.

Um estudo de caso comparativo será conduzido para analisar estratégias bem-sucedidas em outras corporações de bombeiros. O objetivo é identificar práticas eficazes de captação de recursos e uso de emendas parlamentares que possam ser aplicáveis ao CBMPB. A análise qualitativa dos dados recolhidos permitirá a identificação das necessidades do CBMPB em termos de recursos financeiros, bem como as oportunidades existentes para captação de recursos e emendas parlamentares.

Finalmente, com base na análise realizada, serão propostas soluções estratégicas para o CBMPB, visando melhorar a captação de recursos e a aplicação de emendas parlamentares. As conclusões e recomendações resultantes poderão servir de base para a implementação de políticas futuras e ações voltadas para a modernização e melhoria da eficiência na gestão do CBMPB.

3 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para aprimorar a compreensão acerca da gestão dos recursos vinculados ao Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB), conduziu-se uma revisão dos registros disponibilizados no Sagres Online, portal sob a responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como no Portal da Transparência do Estado da Paraíba. Estes instrumentos têm se consolidado como catalisadores de transparência nas finanças estaduais, possibilitando a entidades e cidadãos facilidades na verificação de transações econômicas do Estado.

Em 2021, o montante oriundo do Governo do Estado e alocado ao CBMPB, majoritariamente para salários, encargos sociais, serviços correlatos e outras demandas, alcançou 127.182.928,79 reais. Observou-se, em 2022, uma elevação para 159.811.256,60 reais, representando uma ampliação de 25,66%, valores pagos aos militares. Até julho de 2023, os valores desembolsados ascendiam a 95.272.304,65 reais, sinalizando uma tendência contínua de incremento. Paralelamente, índices macroeconômicos, como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — balizador da inflação nacional —, exibiram flutuações de 10,1% em 2021 e 5,8% em 2022.

Considerando o acumulado inflacionário do período em questão, que ronda os 16%, e comparando-o ao acréscimo nos aportes ao CBMPB, emerge um superávit de aproximadamente 9,66%. Tal constatação sugere que a ampliação financeira transcende

meros ajustes inflacionários, denotando um reforço genuíno nos investimentos direcionados ao CBMPB. Interpretando-se com discernimento, tal incremento pode sinalizar uma crescente valorização do papel exercido pelos bombeiros militares na Paraíba. Contudo, ressalta-se a necessidade de uma análise mais densa para capturar integralmente as nuances dessa tendência financeira.

A análise da folha de pessoal disponibilizada pelo endereço online do Sagres revelou que, em 2021, foram pagos R\$ 119.432.737,75 reais em salários, e em 2022, este valor foi de R\$ 149.983.010,86 reais. Dessa forma, os recursos remanescentes para outras finalidades, como diárias, manutenção de instalações, custeio dos comandos regionais e auxílio alimentação seriam de aproximadamente R\$ 7.750.191,04 em 2021 e R\$9.828.245,74 em 2022. Estes montantes, quando contrastados com os recursos oriundos do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros, apresentam-se relativamente baixos.

Nos últimos três anos, a captação de recursos do CBMPB, especialmente através do Fundo Especial do Bombeiro (FUNESBOM) - composto por taxas de fiscalização, análises, vistorias e a taxa bombeiro dos licenciamentos de veículos (arrecadação direta) - tem sido expressiva. Em 2021, totalizou R\$ 26.795.557,57 reais; em 2022, atingiu R\$ 30.661.648,48 e, em 2023, até julho, somava R\$ 21.440.105,90. Esta fonte de receita tem se estabelecido como pilar financeiro para o CBMPB, principalmente quando se considera que os aportes do estado representam aproximadamente cerca de 32,05% deste montante. Para igualar os valores do FUNESBOM, haveria a necessidade de um acréscimo estatal da ordem de 211,99% sobre o valor atualmente despendido.

O FUNESBOM representa um divisor de águas na estrutura financeira contemporânea do CBMPB. Instituída em 27 de dezembro de 2000 pela Lei Estadual nº 6.946, esta taxa, coletada mediante os licenciamentos de veículos, não é destinada à manutenção de despesas correntes ou à folha de pagamento. Pela legislação, sua finalidade é restrita ao investimento em equipamentos e à modernização das operações do CBMPB, ao se descontar a receita destinada ao pessoal, o FUNESBOM destaca-se como a principal fonte de recursos à disposição do Corpo de Bombeiros.

Por outro lado, em um panorama mais amplo, alguns estados brasileiros confrontaram-se com questionamentos judiciais acerca desta taxa. A sua constitucionalidade tornou-se matéria de extensos debates, culminando, em determinadas circunstâncias, em suspensões temporárias de sua cobrança. O caso do Rio Grande do Norte em 2019 ilustra tal contexto: a taxa foi submetida a escrutínio jurídico, questionando sua concordância com o arcabouço

legal brasileiro. Este panorama sugere uma reflexão aprofundada sobre a prudência de diversificar fontes de financiamento e de buscar alternativas, visando a proteção da corporação contra eventuais vulnerabilidades financeiras.

Em um contexto de crescente complexidade das demandas públicas, a análise das fontes de financiamento do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) se torna fundamental. A proposta deste estudo é examinar os mecanismos atuais de captação de recursos, com vistas à identificação de estratégias alternativas que garantam a viabilidade e perenidade de projetos essenciais para elevar o padrão operacional da corporação.

A literatura sobre redes de políticas públicas sugere que tais mecanismos são vitais para entender as intrincadas dinâmicas e a capacidade de governança estatal (TRINDADE, 2015). A compreensão acerca dos limites legais e das particularidades institucionais é crucial, pois direciona as corporações a otimizar sua atuação, permitindo, entre outros, a captação de recursos, a inserção de novos atores e a implementação de práticas inovadoras de gestão (SOSA, 2018).

A trajetória do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) representa de forma emblemática os desafios enfrentados por corporações públicas em contextos de restrição orçamentária. O FUNESBOM surgiu como uma resposta criativa a essas adversidades, representando um marco na gestão financeira da entidade. Ao direcionar a arrecadação desta taxa exclusivamente para a aquisição de equipamentos e modernização das operações, a legislação assegurou que os recursos obtidos não seriam diluídos em despesas correntes ou comprometidos com a folha de pagamento. Esta decisão reflete uma visão estratégica, pois garante a reinvestimento contínuo na capacidade operacional da corporação, fundamental para manter e elevar os padrões de atendimento à população.

No entanto, ao se debruçar sobre a Lei 8.444 de 2007, que estabelece a organização básica do CBMPB, identifica-se uma lacuna importante: a ausência de um departamento ou segmento específico dedicado à exploração e gestão de novas fontes de receita. Considerando a importância da diversificação de fontes de financiamento para garantir a resiliência e sustentabilidade de instituições públicas, essa ausência pode representar uma vulnerabilidade.

Com efeito, a instituição do FUNESBOM emerge como uma decisiva estratégia no âmbito do CBMPB. Todavia, ancorar-se exclusivamente nesse mecanismo financeiro pode acarretar em fragilidades, particularmente em um cenário socioeconômico e político dotado de flutuações e imprevisibilidades. Enquanto o FUNESBOM assinala um marcante momento de autoafirmação econômica do CBMPB, o atual anseio, à luz da legislação contemporânea, é

a concepção e efetivação de estratégias que potencializem a diversificação das vias de financiamento da corporação, solidificando, assim, sua autonomia e capacidade operacional.

Neste diapasão, imperioso se faz examinar a prerrogativa da assessoria parlamentar, que, incontestavelmente, desempenha papel essencial, tendo em vista sua finalidade intrínseca de influenciar o Poder Legislativo em prol dos interesses da entidade representada. Conforme postula Martins (2008), a assessoria parlamentar dedica-se assiduamente na criação de pontes e no estreitamento de laços com os membros e funcionários do legislativo, e age não apenas como intermediária, mas também precisa evidenciar a adaptabilidade das instituições que representa frente às contínuas metamorfoses sociopolíticas nacionais, ajustando-se às contemporâneas modalidades de interação com o estamento político. Tal adaptabilidade não só ressalta a relevância da instituição, mas solidifica sua influência no âmbito parlamentar (SOLON, 2008 apud MARTINS, 2008).

A dicotomia das atribuições das Assessorias Parlamentares, segundo Pojo do Rego (2001, apud OLIVEIRA, 2005), distribui-se entre os domínios político e legislativo. O espectro político se relaciona intrinsecamente com os anseios dos parlamentares, a natureza dos conglomerados que lhes prestam apoio, bem como seu espectro ideológico-partidário e comportamento votacional. Por outro lado, o domínio legislativo foca na elaboração e revisão de projetos de lei e emendas, exigindo conhecimento técnico-jurídico. Esta esfera é responsável por garantir que as propostas estejam alinhadas com a legislação vigente, ao mesmo tempo em que considera as nuances políticas e as necessidades dos parlamentares.

Ao analisar a trajetória do CBMPB no contexto da assessoria parlamentar, percebe-se que sua evolução ainda está em estágios iniciais. A primeira menção nos registros sobre assessoria remonta a 2012, referindo-se a um Curso de Assessoria Parlamentar¹. No entanto, nestes 10 anos, não se percebeu progresso nesse setor dentro da gestão do CBMPB, já que apenas um militar representa a assessoria parlamentar do CBMPB. Esse cenário evidencia a necessidade de uma maior atenção e investimento na área, considerando sua relevância estratégica.

¹ Disponível em <https://intranet.pm.pb.gov.br/bol_bm.html> Boletim interno 0059/2012 - Curso de Assessoria Parlamentar feito pelo Coronel Vilmar

² Disponível em <https://intranet.pm.pb.gov.br/bol_bm.html> Boletim interno 0051/2023 – Designação do Cel Vilmar e dispensa da função do Cel Jean

Por outro lado, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), por exemplo, apresenta uma abordagem mais consolidada em relação à assessoria parlamentar. A interação do CBMDF com o parlamento é destacada pelo Decreto Nº 7.163/2010. Posteriormente, a Portaria nº 52 de 2011 estabeleceu o Regimento do Gabinete do Comandante-Geral, que, em suas disposições, não apenas reconhece a Assessoria Parlamentar, mas também a fortalece, demonstrando uma visão estratégica sobre sua importância.

Dentro deste arcabouço regimental, a Assessoria Parlamentar do CBMDB (ASPAR-CBMDF) é estruturada por diversas seções, como Coordenação no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, uma Assessoria Jurídica e uma Secretaria. Sob análise simples, é patente a percepção da importância da ASPAR, que tem como ponto chave o ato de prover com suporte técnico e estratégico o Comandante-Geral em matérias parlamentares. Suas competências, de maior importância, englobam desde a elaboração de posturas institucionais frente ao legislativo até a análise acurada de proposições legislativas, sempre visando a tutela dos interesses da instituição.

No atual panorama da Paraíba, a articulação política é largamente coordenada pela Secretaria de Estado de Representação Institucional (SERI), fundamentada na forma da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007 e transformada pelas Leis nº 10.467, de 26 de maio de 2015 e nº 11.427, de 06 de setembro de 2019. Essa secretaria tem o imperativo de representar o Estado em esferas nacionais e internacionais, portando-se como estandarte de todas as entidades que representa. Munida de tal relevante prerrogativa, deve envidar esforços para estabelecer conexões produtivas com entidades federativas e judiciárias sediadas no Distrito Federal, com o objetivo de colher benefícios concretos para a Paraíba, a exemplo de emendas e acordos interinstitucionais.

A concretização de projetos estratégicos pode transformar significativamente a realidade do CBMPB. Contudo, as limitações orçamentárias frequentemente representam um entrave. Diante desse cenário, torna-se imperativo adotar um modelo financeiro resiliente. Emendas parlamentares, conforme previsto no art. 166 da Constituição Federal de 1988, surgem como uma via promissora de captação de recursos. Pesquisas realizadas junto à Corporação de Bombeiros Militar de Minas Gerais destacam a relevância de identificar fontes alternativas e sustentáveis de financiamento (SOARES, 2018).

A gravidade deste estudo repousa no caráter iminente de revigorar e diversificar as fundações financeiras do CBMPB. Em um cenário global marcado por oscilações

econômicas, depender majoritariamente de fontes singulares de financiamento é um jogo perigoso. Neste contexto, a busca e adoção de estratégias alternativas de financiamento não são meras opções, mas sim imperativos que podem assegurar a estabilidade financeira e o crescimento sustentado do CBMPB.

3.1 Captação de recursos: emendas parlamentares

A captação de recursos via emendas parlamentares surge como uma estratégia salutar para garantir a viabilidade dos projetos do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Tal abordagem está fundamentada em relacionamentos, comprometimentos e parcerias duradouras, exigindo um planejamento cuidadoso. Além de diversificar as receitas, essa estratégia reduz a suscetibilidade a flutuações abruptas nas prioridades ou políticas governamentais (LEITÃO; MELO, 2007).

Ressalta-se que, na eventualidade dos orçamentos estipulados pelo Estado não atenderem às necessidades financeiras do CBMPB, a corporação pode se ver compelida a revisar seu planejamento estratégico, postergar iniciativas ou recorrer a alternativas, como a captação de fundos. Dessa forma, uma captação bem orquestrada pode ser determinante para a consecução e sustentação de projetos, alinhando-se às metas primordiais da instituição.

Segundo Tenório (2008), gerenciar implica estar à frente, acompanhando todas as movimentações dentro da organização para que os recursos disponíveis sejam utilizados de acordo com a dinâmica necessária. No entanto, não basta apenas movimentar e orientar pessoas, distribuir recursos para aplicação correta, entre outros aspectos. É preciso também gerenciar as partes que compõem a organização. O autor enfatiza a importância da administração ao compreender o motivo pelo qual os indivíduos se associam para alcançar objetivos comuns. A história da vida humana é marcada pelo esforço de dominar a natureza e criar condições de sobrevivência e conforto. Quando os indivíduos perceberam que a associação com outros facilitava a realização de determinados esforços e que certos objetivos não podiam ser alcançados por uma única pessoa, iniciou-se a organização (TENÓRIO, 2008, p.17).

Conforme o inciso II do art. 48 da Constituição Federal, o Congresso Nacional tem o poder de dispor sobre o orçamento público. Sua intervenção na Lei Orçamentária Anual (LOA) é efetivada por intermédio de emendas, que destinam recursos às prioridades das políticas públicas em âmbito local. Esta atuação serve para adequar a proposta encaminhada

pelo Presidente da República, buscando aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos (MJSP, 2021). As emendas se classificam, conforme a previsão no § 3º do art. 166 da CF, em individuais e coletivas. Ao esmiuçar o tema das emendas, diversos aspectos estruturais são revelados, demonstrando a intrincada rede de responsabilidades e prerrogativas que orientam o orçamento nacional. As emendas apresentam-se organizadas da forma seguinte:

- i. Emendas Individuais: Segundo o MJSP (2021), as emendas individuais são delineadas por senadores ou deputados federais, de forma individualizada. Cada parlamentar pode apresentar até 25 destas emendas. Elas possuem caráter impositivo, o que significa que não podem ser contingenciadas. Tal caráter é fundamental, pois assegura que 1,2% da Receita Corrente Líquida da União seja destinado a essas emendas, sendo que metade desse valor é direcionado para ações e serviços públicos de saúde.
- ii. Emendas Coletivas: Estas emanam do consenso coletivo. As emendas podem surgir a partir das comissões permanentes de cada Casa do Congresso Nacional, sendo nomeadas "Emendas de Comissão", ou da concordância dos parlamentares de uma mesma unidade federativa, intituladas "Emendas de Bancada". Ambas as categorias possuem caráter impositivo. Especificamente, as Emendas de Bancada priorizam obras e serviços pertinentes aos estados, e a decisão sobre a destinação é tomada em conjunto entre a Bancada e o Executivo Estadual.
- iii. Comissões Técnicas: As comissões, sejam elas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou mistas do Congresso Nacional, têm permissão para apresentar até oito emendas ao projeto de LOA. Estas emendas devem possuir caráter institucional e abordar interesses nacionais. Além disso, precisam estar alinhadas às competências da respectiva comissão.
- iv. Emendas dos Relatores Setoriais: Estes relatores são designados para fornecer pareceres sobre tópicos específicos divididos em 16 áreas temáticas do orçamento, conforme estabelecido no art. 26 da Resolução nº 1/06-CN. Posteriormente, todas estas emendas são submetidas à votação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Em suma, a arquitetura da disponibilização das emendas pretende refletir a pluralidade de interesses e a necessidade de equilíbrio entre as demandas de diferentes esferas da sociedade. Através deste sistema, busca-se garantir que o orçamento reflita tanto as necessidades locais quanto as prioridades nacionais, e que os recursos sejam reservados de forma eficiente e equitativa.

Os parlamentares têm utilizado as emendas como forma de alocar recursos em suas bases eleitorais, que muitas vezes estão localizadas em municípios com baixa arrecadação. Isso se deve à compreensão de que a prerrogativa de apresentar emendas é uma oportunidade dada ao parlamentar para participar da movimentação de recursos orçamentários e expressar suas prioridades quanto às políticas públicas, sendo assim, as organizações bombeiros militares nestas localidades podem muito bem ser meios de expressão do apoio desses parlamentares.

No Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) de 2023, um vultoso total de R\$ 11,7 bilhões foi consignado para as emendas individuais. Tal cifra traduziu-se em um teto orçamentário de R\$ 19.704.897,00 por congressista, delineando primariamente não apenas a fronteira financeira para cada um, mas sobretudo, evidenciando o peso da responsabilidade ao alocar tais verbas. Importante frisar que ao menos metade deste montante por parlamentar é destinado à saúde pública, reafirmando o compromisso com este setor, que igualmente se beneficia das ações do Corpo de Bombeiros, em prol do bem-estar e qualidade de vida da população.

Ilustrando o vigor do congresso na composição orçamentária nacional, e diante de debates acerca do chamado "orçamento secreto", surgiu uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Adicionalmente, a divisão destes recursos entre senadores e deputados foi revisada: a Câmara detendo 77,5% do total das emendas individuais, ao passo que o Senado abarcou os restantes 22,5%. Sob esta nova diretriz, os valores designados para cada deputado aumentaram de R\$ 19,7 milhões para R\$ 32,1 milhões, enquanto que para cada senador, de R\$ 19,7 milhões para R\$ 59 milhões. Globalmente, observa-se um acréscimo, determinado pela PEC, de 1,2% para 2% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Ao analisarmos a distribuição dos recursos do PLOA 2023 para o estado da Paraíba, notamos que ele conta com 15 representantes em âmbito federal, sendo 12 deputados e 3 senadores. O montante destinado a esses parlamentares totaliza R\$ 562,2 milhões. Dessa quantia, metade – ou seja, R\$ 281,1 milhões – é direcionada obrigatoriamente para ações e serviços no setor de saúde. Um montante equivalente, que é igualmente substancial, entra em um processo de discussão e decisão, podendo ser alocado para diferentes áreas prioritárias, dentre as quais a segurança pública. Dentro desse contexto, instituições como o Corpo de Bombeiros podem ser beneficiadas, reconhecendo-se assim sua importância na proteção, socorro e preservação da vida dos cidadãos.

No exame do contexto orçamentário relativo a emendas parlamentares e convênios no

estado do Pará, entre os anos de 2008 e 2021, pode-se ter uma visão mais ampla dessas movimentações de forma geral: de um total de 1.150 emendas sugeridas nesse intervalo, apenas 263 culminaram em convênios efetivamente firmados. Esse resultado traduziu-se em um influxo financeiro de R\$ 451.140.844,00. Para efeitos comparativos dos montantes, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) foi destinatário, apenas no âmbito das Emendas Parlamentares Estaduais Impositivas de 2021, da indicação que supera os 14 milhões de reais. Esse valor assume uma dimensão impressionante quando contrastado com os recursos do FUNESBOM do mesmo ano, representando 52,25% de nossa arrecadação neste fundo para o mesmo ano. Tal evidência reforça o potencial dessa estratégia orçamentária e destaca, como o próprio CBMMG sublinha em seu portal online, a consolidação dessas emendas como uma pedra angular em seus esforços de investimento³.

Ao expandir a análise para o contexto nacional, observa-se uma tendência crescente na destinação de verbas através das emendas parlamentares. De fato, entre os anos de 2015 e 2023, o Brasil presenciou um expressivo aumento de quase 197,9% nesse tipo de alocação, saltando de R\$ 9,7 bilhões pelos ordenamentos para uma cifra impressionante de R\$ 28,9 bilhões para as últimas previsões. Esse valor se desdobra em R\$ 21,2 bilhões voltados para emendas individuais — vale ressaltar que, após a remoção das emendas provenientes do relator, houve um acréscimo de 0,8% no valor originário já mencionado — e R\$ 7,7 bilhões direcionados às emendas coletivas, associadas às bancadas estaduais.

No universo das discussões sobre a captação de recursos, uma constatação nos arremete: a saúde financeira de uma organização está intrinsecamente ligada à sua capacidade de atrair investimentos direcionados às suas metas e objetivos. Como bem delineado por Leitão e Melo (2007), este processo vai além da mera obtenção de verbas. Envolve a construção de laços duradouros, permeados por confiança e comprometimento mútuo com doadores e investidores.

As emendas parlamentares federais, discutidas ao longo deste trabalho, surgem como um canal fundamental de financiamento, sobretudo para organizações públicas. Estas emendas, mais do que meros instrumentos orçamentários, refletem compromissos políticos e sociais dos representantes eleitos.

³ Disponível em: <<https://www.bombeiros.mg.gov.br/emendas-parlamentares-potencializam-a-prestacao-de-servico-pelo-cbmmg>> Acesso em: 10 ago 2023.

A efetivação da emenda, por sua vez, depende intrinsecamente da clareza da proposta, da apresentação de um plano de ação robusto e, fundamentalmente, da capacidade demonstrada pela entidade em oferecer os retornos esperados. No contexto do Corpo de Bombeiros, esses retornos traduzem-se em benefícios tangíveis à comunidade, reafirmando o seu valor intrínseco no seio social.

Por fim, em um cenário político e econômico em constante mutação, as organizações, sejam elas públicas ou privadas, devem cultivar uma postura proativa em busca da diversificação de suas fontes de receita. Tal postura não apenas atenua vulnerabilidades frente a alterações de diretrizes governamentais, mas também potencializa a construção de uma base financeira sólida e resiliente. As emendas parlamentares, neste contexto, são apenas uma das inúmeras vertentes que, quando exploradas com estratégia e diligência, podem pavimentar um caminho próspero para as organizações e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo.

3.2 - Ferramenta de apoio: Orçamento base zero

No processo de análise das demandas fundamentais inerentes a qualquer entidade institucional, o tema do orçamento emerge consistentemente como uma tarefa complexa e de suma importância. Esta complexidade é também refletida no âmbito do Corpo de Bombeiros, uma vez que as determinações orçamentárias frequentemente são influenciadas pelas percepções e diretrizes estabelecidas por seus comandantes e líderes administrativos.

Cabe destacar que, em 2015, iniciou-se um esforço para elaborar um plano estratégico para o Corpo de Bombeiros da Paraíba; todavia, este plano não alcançou uma conclusão formal e conseqüente divulgação. Em contrapartida, houve a publicação de um plano estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, cujo escopo remete a janeiro de 2019 e tem validade até 2028, ganhou publicidade e ao elencar seus principais objetivos, concentra-se em metas como: elevação da sensação de segurança da sociedade, redução da taxa de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) e diminuição da taxa de Crimes contra o Patrimônio (CVP), ampliação das ações preventivas e de repressão qualificada em face da violência doméstica, e de infrações penais contra grupos vulnerais, captar os recursos financeiros necessários às ações estratégicas, táticas e operativas da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS), dentre outros. Orientações que, perceptivelmente, colocam em ênfase as atividades policiais, possivelmente em detrimento das questões bombeirísticas, contudo em seu estabelecimento de estratégias inclui

a captação de recurso como ponto importante.

Em um panorama caracterizado pela finitude de recursos e uma demanda sempre crescente, é imperativo que a procura por financiamentos adicionais, incluindo emendas parlamentares, esteja fundamentada em uma base estratégica sólida. Um planejamento estratégico eficaz deve colocar o Corpo de Bombeiros no epicentro das discussões, concretizando a trajetória para aquisição de emendas parlamentares. A ausência de critérios bem definidos e transparentes suscita uma interrogação pertinente: como assegurar que os projetos financiados verdadeiramente correspondam às autênticas necessidades da organização, evitando assim a submissão a agendas individuais ou influências políticas?

É neste contexto multifacetado que o Orçamento Base Zero (OBZ) se apresenta como uma possível solução. Enquanto os modelos orçamentários tradicionais perpetuam gastos históricos que seguem existindo sem se justificarem, recebendo apenas ajustes marginais, a idéia do OBZ redefine o processo como um todo. Este método pressiona a organização a reavaliar cada linha de despesa, cada programa, garantindo que todos os gastos estejam alinhados com as metas e prioridades estratégicas atuais. Assim, evita-se o risco de financiar operações obsoletas ou de baixo valor agregado.

No contexto prático do Corpo de Bombeiros, a adoção do OBZ implica em analisar cada despesa, desde o menor equipamento até o treinamento mais complexo. Cada item passa por uma justificação rigorosa, garantindo que os recursos sejam aplicados onde realmente fazem diferença. A implementação deste sistema evita investimentos desnecessários em áreas já saturadas e realoca recursos para departamentos ou projetos anteriormente negligenciados, mas de vital importância.

Compreendendo a importância da conjunção entre um planejamento estratégico sólido, a implementação do Orçamento Base Zero e estratégias de captação de recursos, vislumbra-se uma potencial ampliação na eficiência do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Ao possuir um retrato fidedigno das demandas intrínsecas à organização, é viável direcionar os esforços de financiamento para projetos que respondam tanto a exigências imediatas quanto a perspectivas de longo prazo, maximizando assim o retorno sobre o investimento. Desta forma, ao invés de pleitear recursos ancorados meramente em práticas históricas ou conjecturas, o Corpo de Bombeiros estaria em posição de postular fundos baseados em avaliações criteriosamente estruturadas.

Desta forma, acredita-se que o OBZ equipa a organização com argumentos sólidos para buscar financiamento adicional. Ele evidenciaria as áreas em que os recursos são

insuficientes para atender às demandas. Por outro lado, o OBZ não apenas aponta as carências, mas também forneceria um fundamento lógico para reavaliações periódicas de gastos, garantindo que os investimentos permaneçam alinhados com as necessidades dinâmicas da instituição.

Em conclusão, o Orçamento Base Zero vai muito além de uma mera ferramenta orçamentária. É um pilar estratégico que fortalece a integridade financeira, a eficiência operacional e, mais importante, garante que os serviços prestados sejam da mais alta qualidade. Ao alocar recursos com base nas necessidades atuais e estratégicas, o OBZ assegura a maximização do impacto de cada centavo gasto, beneficiando a comunidade em longo prazo.

4 PROPOSTAS

O presente artigo buscou desenvolver um quadro analítico e compreensivo que abordasse a viabilidade de emendas parlamentares como uma estratégia promissora para captação de recursos, tendo como foco a gestão financeira do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB). Com base nos objetivos propostos e nas informações coletadas, apresentamos as seguintes considerações e propostas:

4.1 Análise da Legislação Vigente e do Papel da Assessoria Parlamentar

A Secretaria de Estado de Representação Institucional (SERI) já se estabeleceu firmemente no cenário político da Paraíba, atuando como a voz e o elo representativo do Estado no parlamento. O que se almeja neste contexto é que essa representação vá além do mero simbolismo. É essencial que a SERI seja proativa e eficaz na negociação e obtenção de emendas e acordos interinstitucionais, trazendo benefícios financeiros e estratégicos tangíveis para o CBMPB.

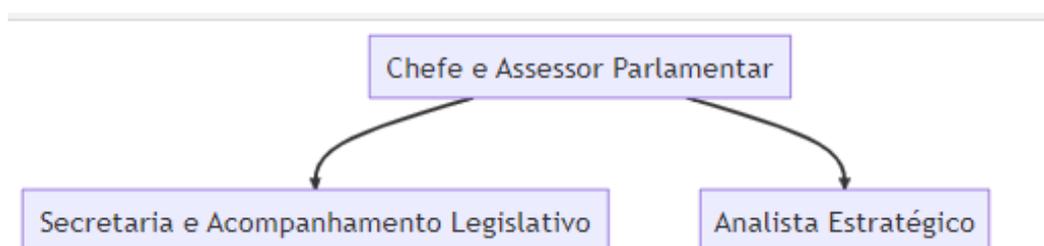
Dentro deste contexto, a ideia de reestruturar a assessoria parlamentar do CBMPB surge como uma iniciativa promissora. Contudo, para que seu potencial seja totalmente aproveitado, é vital uma colaboração estreita e alinhada com a SERI. Esta parceria tem o potencial de amplificar os esforços, otimizando a captação de recursos e assegurando que os interesses do CBMPB sejam devidamente representados e protegidos.

Adicionalmente, destaca-se a primazia que um planejamento estratégico consistente deve ter dentro dos próximos atos administrativos do CBMPB. Tal planejamento não apenas

direcionará as ações da assessoria parlamentar, mas também assegurará que estas estejam em sintonia com os objetivos gerais da instituição. A trajetória desde a proposta inicial de captação de recursos até a efetiva prestação de contas é complexa e detalhada. Embora este artigo trate dos fundamentos e conceitos, deve-se reconhecer a intrincada natureza do processo, que pode ser explorada em estudos subsequentes.

A busca por capacitação e especialização é outro aspecto fundamental. O fato de encontrarmos apenas um militar com designação para cursos na área de assessoria parlamentar é uma lacuna que precisa ser preenchida. Instituições em Brasília, como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, oferecem cursos especializados que podem ser extremamente benéficos para o CBMPB.

Em conclusão, a entrada do CBMPB no domínio das articulações políticas, em colaboração com a SERI, pode ser um evento promissor para a instituição e para a sociedade como um todo. No entanto, isso requer uma abordagem estratégica, investimento em capacitação e uma compreensão clara dos objetivos e metas da instituição. Abaixo, apresentamos um organograma proposto que delinea a estrutura básica da assessoria parlamentar para o CBMPB:



Fonte: Elaboração própria do autor, 2023.

As três funções essenciais são definidas da seguinte forma:

a) **Chefe e Assessor Parlamentar:**

- Assessorar diretamente o Comando da instituição.
- Representar a corporação junto à Secretaria de Articulação e, quando permitido, junto aos deputados e senadores.
- Atuar como o principal elo de contato entre os parlamentares e o CBMPB.
- Coordenar as atividades das seções subordinadas e avaliar os resultados alcançados por meio das ações de lobby.

b) Secretaria e Acompanhamento Legislativo:

- Responsável pelo monitoramento direto das proposições em tramitação nas arenas legislativas.
- Produzir e sugerir minutas, pareceres e notas técnicas para defender os interesses institucionais.

c) Analista Estratégico:

- Examinar tendências de votação e identificar parlamentares que ocupam posições de interesse.
- Traçar estratégias de ação para a defesa da instituição.
- Manter contato com outras assessorias e realizar o chamado "corpo-a-corpo" com os parlamentares e suas equipes, sempre que autorizado pelo comandante ou secretário.

4.2 Fontes para reestruturação e processo modelo

A padronização é essencial para garantir eficácia e coesão em qualquer processo. No âmbito das emendas parlamentares, os guias e manuais disponibilizados por instituições como a Câmara e o Senado proporcionam uma estrutura clara e direcionada para as solicitações. Ao perceber a relevância dessa padronização, o CBMPB tem a chance não só de desenvolver seu próprio manual, mas também de elaborar um portfólio abrangente. Este portfólio poderia enfatizar propostas concretas e, simultaneamente, evidenciar as demandas da entidade e os benefícios diretos que ela traz à comunidade. Ao adotar essa abordagem e promovê-la on-line adequadamente, o CBMPB asseguraria que todas as propostas fossem uniformes, transparentes, solidamente embasadas e em conformidade com as normativas legais e regulatórias específicas da Paraíba.

A adoção de uma abordagem padronizada traz benefícios imediatos e tangíveis: em primeiro lugar, simplifica e torna mais eficiente o trabalho de futuros assessores e parlamentares; em segundo, fortalece a imagem e a confiabilidade da instituição perante a sociedade e os órgãos governamentais. Para exemplificar a relevância e a praticidade desses guias, basta observar os manuais disponíveis nos sites oficiais. Estes fornecem diretrizes claras e códigos específicos para itens de grande importância, como um caminhão de combate a incêndio destinado ao corpo de bombeiros. Com valores estimados entre 1,2 milhão e 1,5

milhão, esses guias detalham as especificações técnicas do equipamento, facilitando a tarefa de qualquer parlamentar que deseje direcionar sua emenda para essa finalidade específica.

4.3 Estratégias Práticas de Captação de Recursos

Formar parcerias estratégicas com parlamentares é uma maneira proativa de assegurar emendas, e conseqüentemente, recursos substanciais. Essas parcerias, fundamentadas em confiança mútua, transparência e um entendimento claro dos objetivos do CBMPB, podem ser fortalecidas através de algumas abordagens práticas. Uma delas é o mapeamento e segmentação de parlamentares, focando naqueles que têm afinidade com causas de segurança pública ou representam áreas de forte atuação do CBMPB. Além disso, organizar apresentações e workshops pode servir como uma plataforma para o CBMPB destacar seus projetos, necessidades e impactos. Os projetos propostos devem ser bem estruturados, claros e viáveis, aumentando assim suas chances de aprovação. Por fim, manter um relacionamento contínuo com os parlamentares, oferecendo feedback regular sobre os projetos financiados, pode solidificar e incentivar apoio contínuo.

4.4 Implementação do Orçamento Base Zero (OBZ)

A gestão financeira tradicional muitas vezes perpetua gastos que podem não ser mais relevantes ou eficazes. O OBZ, ao contrário, promove uma reavaliação contínua e justificada de cada despesa. Para o CBMPB, isso significa que cada real gasto será alinhado com as prioridades atualizadas da organização, garantindo que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficaz possível.

A proposta base neste caso é implementar uma comissão de trabalho que atuasse em concomitância com o calendário do planejamento plurianual, de modo que de três em três anos a comissão do OBZ fornecesse ao CBMPB um parecer completo de avaliação perante os estudos analíticos dessa frente de trabalho. Com militares com conhecimentos diversificados de logística, finanças e gestão, a ideia é que um relatório robusto fosse encaminhado formalmente ao Diretor de Finanças e ao Diretor de Logística, um parecer técnico que serviria de base para tratar sobre obsolescência de projetos, equipamentos e tecnologias existentes na organização e assim, posteriormente, dar sugestões de novos projetos que pudessem substituí-los ou englobá-los.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados, aliada à percepção da necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a captação de recursos, destaca os desafios enfrentados pelo Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba na gestão eficiente de seus ativos. A assessoria parlamentar, que até o momento não se estabeleceu como um elemento-chave no CBMPB, surge com o potencial de se tornar um instrumento indispensável à corporação, não apenas ampliando a possibilidade de se captar recursos, mas incentivando uma colaboração mais produtiva entre os diversos setores da própria organização.

Quando adequadamente estruturada e alinhada com a visão e metas do Corpo de Bombeiros, a assessoria parlamentar pode gerar impactos concretos, como uma capacidade de resposta mais dinâmica às exigências operacionais. Contudo, para que essa transformação ocorra, é necessário que o Corpo de Bombeiros repense suas prioridades. Uma metodologia como o orçamento base zero pode ser crucial nesse processo de introspecção, possibilitando uma avaliação detalhada das alocações de recursos e sua congruência com as demandas operacionais da entidade. Por exemplo, a decisão de investir em novas viaturas deve ser ponderada à luz das necessidades operacionais abrangentes. Uma inspeção mais criteriosa pode sugerir que, ao invés de um grande número de veículos, a instituição poderia se beneficiar de veículos mais tecnologicamente avançados, redirecionando os recursos economizados para outras áreas vitais.

Em resumo, este estudo sublinha a necessidade de uma gestão de recursos mais estratégica e visionária por parte do Corpo de Bombeiros, o que certamente incluiria a percepção dessa tendência que existe das instituições brasileiras de repensarem suas fontes de recursos incluindo modos alternativos de obtê-los. Ao abraçar essa perspectiva, a organização se posicionará de maneira mais assertiva para otimizar a utilização de seus próprios recursos, garantindo sua prontidão e capacidade de cumprir sua missão fundamental de salvar vidas e bens.

6 REFERÊNCIAS

ABRIOSA. Emancipação do Corpo de Bombeiros da Paraíba. Disponível em: <http://abriosa.com.br/emancipacao-do-corpo-de-bombeiros-da-paraiba/>. Acesso em: 04 ago. 2023, 22h.

AMARO, Renan José Almeida. **Estudo sobre a captação de recursos federais no corpo de bombeiros militar do Pará com foco na celebração de convênios.** Monografia - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Orientador: TEN-CEL. QOBM/Comb. HÉLIO PEREIRA LIMA. Brasília, 2021.

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. **Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios.** *Revista Brasileira da Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 6-22, mar. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7163 de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7163.htm. Acessos em: 02 ago. 2023, 20h e 04 ago. 2023, 20h.

BRASIL. Lei Nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 set. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm. Acesso em: 1 ago. 2023, 23h.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Emendas parlamentares potencializam a prestação de serviço pelo CBMMG.** Disponível em: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/emendas-parlamentares-potencializam-a-prestacao-de-servico-pelo-cbmmg>. Acessos em: 04 ago. 2023, 20h e 10 ago. 2023, 23h.

CORRÊA, Eudes Humberto de Souza. Estudo sobre a captação de recursos alternativos: Através de termos de ajustamento de conduta pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. 91 f. TCC (Especialização em Gestão Proteção e Defesa Civil) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2020.

G1. **Valor das emendas impositivas triplica e Congresso amplia poder sobre o orçamento.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/12/27/valor-das-emendas-impositivas-triplica-e-congresso-amplia-poder-sobre-o-orcamento.ghtml>. Acessos em: 03 ago. 2023, 16h e 04 ago. 2023, 23h.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Corpo de Bombeiros elabora novo planejamento estratégico.** Disponível em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-34951.html>. Acesso em: 02 ago. 2023,

20h.

HORWITZ, S. K.; HORWITZ, I. B. The Effects of Team Diversity on Team Outcomes: A Meta-Analytic Review of Team Demography. **Journal of Management**, v. 33, n. 6, p. 987–1015, 2007.

IBGE. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 02 ago. 2023, 22h.

LEITÃO, Leonardo Costa; MELO, Herbart dos Santos. **Captação de Recursos: coletânea de instituições nacionais e internacionais com linhas de financiamento para elaboração de projetos**. SEBRAE, 2007. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/leoclbox/livro-captao-de-recursos>. Acesso em: 19 mar. 2023, 18h.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria Especial de Orçamento Federal. **Portfólio de Ações para Emendas Individuais Impositivas**. São Paulo, 2022. Disponível em: http://www.governo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Portfolio-de-Acoes-para-Emendas-Individuais-Impositivas-2023-AF_web_01.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023, 16h.

PARAÍBA. Lei n° 8444 de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba**. Publicado. DOE-PB, 29/12/2007.

PARAÍBA. Lei n° 8443 de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, fixa o seu efetivo**. Publicado DOE-PB, 29/12/2007.

SENADO FEDERAL. **CMO aprova destinação de metade das emendas RP9 para cinco ministérios**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/cmo-aprova-destinacao-de-metade-das-emendas-rp9-para-cinco-ministerios>. Acesso em: 05 ago. 2023, 19h.

SOARES, Douglas Martins. **Gestão política na Assembleia Legislativa de Minas Gerais: análise sobre a atividade de assessoria parlamentar desenvolvida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**. 35 f. TCC (Especialização em Gestão de Defesa Civil) - Academia de Bombeiro Militar e Escola de Governo “Professor Paulo Neves de Carvalho” da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2018.

SOSA, Laura Duarte. **Qualidade do gasto público brasileiro: uma análise dos gastos estaduais com saúde, educação e segurança**. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 05 dez. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/193442/001088990.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 jan. 2023, 18h.

TIOSSI, F. M. et al. **O orçamento base zero como uma ferramenta de planejamento na gestão de custos**. **Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração**, v. 4, n. 4, p. 71-88, 1 jul. 2021.

TRINDADE, Arthur. Estado, governança e segurança pública no Brasil: uma análise das secretarias estaduais de segurança pública. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 607-632, dez. 2015.

VALLE, Cléa Fernandes Ramos; TELLES, Verônica. **O mito do conceito de herói. Revista do ISAT**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 01, 2014. Disponível em: http://www.revistadoisat.com.br/numero2/01_O_Mito_do_Conceito_de_Heroi_Clea_e_Veronica.pdf. Acesso em: Julho de 2023, 18h.

VALOR GLOBO. **Corpo de Bombeiros é instituição mais confiável entre brasileiros e Justiça tem menor patamar de confiança.** Valor Globo, 07 dez. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/07/corpo-de-bombeiros-e-instituicao-mais-confiavel-entre-brasileiros-e-justica-tem-menor-patamar-de-confianca.ghtml>. Acesso em: 09 jan. 2023, 17h.